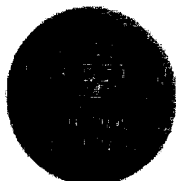




Filiado A



Ao Ilmo. Prefeito Sr. Marcelo Crivella  
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
C:C: Secretário Municipal de Transporte  
Ilmo. Diogenes Dantas Filho

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - Cidade Nova,  
Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20211-110

SECRETARIA MUNICIPAL DE  
TRANSPORTES PROTOCOLO  
RECEBIDO  
30 MAI 2018  
Nilson Carlos Nunes Leal  
Assistente II TR/SUBG  
Mtr: 1007132401  
Ass: [Signature]

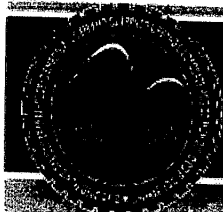
RJ, 30 de maio de 2018.

Ref.: Ofício nº 562/2018

Ilmo. Prefeito Sr. Marcelo Crivella,

Servimo-nos do presente para, diante da grave situação em que se encontram os trabalhadores empregados em empresas de transporte urbano de passageiros, inclusive dada a proximidade da data-base da categoria profissional, sem que este sindicato patronal sequer tenha apresentado resposta quanto à pauta de reivindicações enviada, e ainda, sem sequer indicativos para instauração das mesas de negociação, cenário reforçado pela ausência de proposta de reajuste salarial desde junho de 2016, informar que a categoria deliberou, em 04/04/2018, em caso de permanência deste cenário arbitrário pelo setor patronal, ausente a negociação das pautas apresentadas, o início de greve por tempo indeterminado.

Assim, a partir das 18 hs do dia 04/06/2018, a categoria se reunirá para organizar o movimento paredista, inclusive coordenando a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, tudo nos exatos termos da legislação vigente.



**SINTRATURB-RIO**  
**sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus**  
**da Cidade do Rio de Janeiro**

Filiado à



Por oportuno, o sindicato profissional destaca também que, para além da pauta de reivindicações já devidamente protocolada, ausente o reajuste salarial desde junho de 2016 (ainda pendente de julgamento o Dissídio Coletivo nº 0100020-20.2018.5.01.0000 e infrutífero o procedimento de mediação no MPT nº 003447.2017.01.000/3).

Noutro giro, diversas empresas continuam com os salários em atraso, mesmo após as reiteradas tentativas de negociação, até mesmo judiciais, em ações movidas desde março de 2017, e das quais esta entidade patronal tem plena ciência – inclusive tendo integrado mesas de tentativas de negociação frustradas (por exemplo, os processos 0100437-12.2017.5.01.0063, 0100440-64.2017.5.01.0063, 0100457-03.2017.5.01.0063, 0100441-49.2017.5.01.0063, 0100452-20.2017.5.01.0050, 0100445-86.2017.5.01.0063, 0100442-34.2017.5.01.0063).

Não fosse o suficiente, milhares de trabalhadores encontram-se com seus contratos de trabalho rescindidos sem recebimento de quaisquer verbas rescisórias, tudo isto com o conhecimento tanto do sindicato patronal como de todos os consórcios, todos se furtando às negociações e soluções dos pagamentos das verbas alimentares dos trabalhadores (como exemplo, as ações 0100156-85.2018.5.01.0042 e 0100393-96.2018.5.01.0082). Casos como o da empresa Madureira Candelária, sem pagamento de salários desde o mês de setembro de 2017 e agora sem pagamento também das verbas rescisórias, levam os trabalhadores a situações de verdadeira marginalidade e miséria, condições inaceitáveis e desumanas (ação 0100305-93.2018.5.01.0038).

sl.

Rua Camerino, nº 66 – Centro – RJ  
e-mail: [sintraturb-rio@sintraturb-rio.org.br](mailto:sintraturb-rio@sintraturb-rio.org.br)

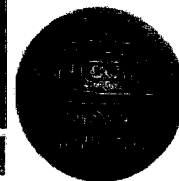
(iv) descumprimento da legislação municipal que vedou o acúmulo das funções de motorista e cobrador e o descumprimento da tutela de urgência que também vedou o acúmulo, com efeitos imediatos para as empresas do Consórcio Intersul de Transportes;

(v) práticas antissindicais promovidas por diversas empresas, com retaliação aos trabalhadores que se organizam, aos dirigentes sindicais – inclusive demitidos em pleno período de estabilidade.

sl.



Filiado à



Dessa forma, o cenário de completa recusa ao diálogo, somado com o descumprimento das leis trabalhistas e com a perseguição aos trabalhadores demonstra que são manifestamente legítimas as reivindicações apresentadas pela categoria profissional, de modo que o início do exercício do direito constitucional de greve encontra-se amparado no ordenamento jurídico vigente e também nas normas da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é Estado membro.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

**SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES  
EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO  
DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
SINTRATURB-RIO**